BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Acervo documental da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra

Autor(es): Tavares, Anita Pereira; Morais, Carlos Manuel da Costa

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/42780>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2182-7974_30_1

Accessed : 26-Apr-2023 02:07:49

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

VOLUME
XXX

BOLETIM DO
ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2017

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

•

U

C

•

Acervo documental da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra

The archives of Collegiate Church of St. Christopher of Coimbra

ANITA PEREIRA TAVARES

Bolseira no Arquivo da Universidade de Coimbra
anitavares13@gmail.com

CARLOS MANUEL DA COSTA MORAIS

Investigador
cmcm07@gmail.com

Artigo enviado em: 3 de fevereiro de 2017
Artigo aprovado em: 2 de maio 2017

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o inventário do arquivo da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, o qual abrange o período de 1511-1842.

O arquivo desta Colegiada é composto por 24 livros e 7 caixas de documentação avulsa, em originais e cópias. Entre as várias tipologias destacam-se as escrituras relativas à gestão de património, os autos e sentenças e os tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos.

PALAVRAS CHAVE: Colegiada de São Cristóvão; descrição arquivística; Coimbra.

ABSTRACT

This work aims to present the inventory file of the Collegiate Church of St. Christopher of Coimbra, preserved in the Archive of the University of Coimbra,

covering the period from 1511 to 1842. The file is formed by 24 books and 7 boxes of documents, either originals or copies. Here, there can be found multiple documents relating to heritage management, judicial records and some other books of recognition, measurement and bounds of properties.

KEYWORDS: Collegiate Church of St. Christopher; archival description; Coimbra.

Apresentação

Este trabalho pretende dar a conhecer e promover, tanto quanto possível, a documentação do arquivo pertencente à Colegiada de São Cristóvão de Coimbra, após o seu tratamento arquivístico. Documentação essa que se encontra depositada no Arquivo da Universidade de Coimbra desde o ano de 1917.

A Colegiada de São Cristóvão de Coimbra deve ter surgido no século XII e manteve-se ativa até 1848. Em Coimbra, existiam também as colegiadas de São Salvador, de Santa Justa, de São Bartolomeu, de São João de Almedina, de São Pedro (sendo esta a mais antiga) e a de São Tiago.

A igreja de São Cristóvão, onde estava instituída a Colegiada, pertencia ao bispado de Coimbra e localizava-se na alta da cidade. Terá sido mandada construir por D. João Peculiar, durante o governo do conde D. Henrique. Documentos de venda de bens rústicos provam que a Igreja de São Cristóvão existia em 1107-1108, o que remete a sua edificação para o século XII.

A igreja possuía três naves de pedra e cal e era abóbada, apoiada em seis colunas monolíticas.

Foi nesta igreja, a 6 de abril de 1385, que D. João I foi coroado rei de Portugal.

A igreja viria a ser demolida em 1860, para construção do teatro D. Luís, que mais tarde mudaria de nome para teatro de Sousa Bastos. As ruínas deste edifício situam-se, atualmente, na rua designada por Joaquim António de Aguiar.

Augusto Filipe Simões, na sua obra *Relíquias da architectura romano-byzantionia em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, editada em 1870, diz: "*Ha dez anos que transformaram n'um teatro a velha egreja de S. Christovam de Coimbra. De sua veneranda fabrica não ficou patente um só vestígio. Foi completo o sacrificio.*"¹

¹ SIMÕES, 1870: 14.

Da igreja de São Cristóvão são conhecidos uma planta e um desenho da fachada em ruínas, publicados na obra citada (ver Imagem 1 e 2), confirmando-se as inegáveis semelhanças com a Sé Velha de Coimbra, o que desde logo revela não só a sua imponência, mas também a sua importância naquele período. Alguns dos capitéis, recolhidos pelo conde da Graciosa, podem ser vistos no Museu Nacional Machado de Castro² ou no palácio do Marquês da Graciosa.

Imagem n.º 1 – Desenho do frontispício da igreja e estampa dos capitéis.

Imagem n.º 2 – Planta da extinta igreja de São Cristóvão.

² Os oito capitéis que se encontram no Museu Nacional Machado de Castro podem ser vistos no seguinte link: MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO – *Igreja de São Cristóvão* [em linha]. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 2017. [Consult. 26 de abril de 2017] Disponível em WWW: <http://www.museumachadocastro.pt/pt-PT/minisitios/ContentDetail.aspx?id=556>.

Através da documentação e com o cotejo dos livros de visitasões, é possível conhecer alguns dos priores da Colegiada: Pedro Anes (1531-1560), António Tagaro? (1565-1572), Martim Vaz (1584-1585), Gaspar Fernandes (1585-1597), Felix Guardes? de Andrade (1600-1622), João Henriques (1627-1656), Brás de Andrade (1658-1694), Manuel Simões dos Santos (1700-1707), Sebastião Rodrigues de Moraes (1716-1749), Nicolau da Silva (1752-1781) e José da Encarnação (1785-1793).

No *Livro da Fazenda da igreja de São Cristóvão* feito em 1727, encontra-se nas folhas 270 uma breve descrição intitulada "*Memoria dos Milagre do glorioso martir S. Cristóvão*", referentes aos anos de 1728, 1729 e 1730, acrescentadas pelo beneficiado Miguel Francisco da Costa. São descritos alguns milagres, como por exemplo, em 1728, quando D. Joana, mulher do médico Manuel da Cruz, moradores na freguesia de São Cristóvão, estando

"ja sarjada e sem esperanças de vida se pegou com o glorioso martir São Christovao prometendo para a cappela maior onde estava o santo hum retabolo e tribuna de castanho e logo Deus por intervensao do santo livrou a dita enferna daquela mortal doensa e com effeito satisfez a dita promessa mandando fazer a dita obra que se acabou de assentar para a festa do santo deste anno de 1729".³

Imagem n.º 3 – Registo de um dos milagres de São Cristóvão.

Cota: Colegiada de São Cristóvão, Liv. 16, III-1.ª D-8-2-58, fl. 270

³ Arquivo da Universidade de Coimbra – Colegiada de São Cristóvão (F), Róis de foros e foreiros (SR), 1727-1757 (UI), fl. 270. Cota: III-1.ª D-8-2-58.

Num traslado de 11 de dezembro de 1647, que se encontra nas folhas 265 a 272v.⁴ do *Livro das Sentenças* de 1541?-1723, de um documento de 1542, é descrita a demarcação das freguesias de São Cristóvão, São Pedro, São João e de Salvador de Coimbra. O documento foi feito em presença do bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, D. Ambrósio, visitador, André Dias, prior de São João de Almedina, Pedro Anes, prior de São Cristóvão, Fernão Gomes, prior da igreja de Salvador e João Anes, chantre da igreja de São Pedro e de todos os beneficiados.

Com a extinção da Colegiada, todo o seu património ficou à guarda do Seminário de Coimbra, que passou a administrar todos os bens que eram propriedade das colegiadas.

Em 1853, Alexandre Herculano, percorreu os cartórios das colegiadas de São Pedro, São Cristóvão, São Bartolomeu e Santa Justa e refere numa carta de 18 de julho que

“o estado destes diversos cartórios é vergonhoso, exceptuando até certo ponto o de S. Pedro. Os pergaminhos estão lançados ao montão em arcas, ou em armários, cubertos de pó, sem ordem nem índices, nem resumos ou numeração regular. Em S. Christovam achei uma parte delles podres”.⁵

Em 1932, através de um registo num livro de correspondência expedida do Arquivo da Universidade de Coimbra, o diretor do Arquivo, Dr. Ferrand Pimentel de Almeida dava conta que a documentação da Câmara Eclesiástica de Coimbra, do Cabido e das extintas colegiadas

“foi organizada inteiramente no Arquivo, pois no Seminário, encontrava-se tudo em monte sem qualquer arrumação, tendo-se recolhido os documentos dum curral e dum sótão.”⁶

Estamos, pois, na presença de um fundo arquivístico preponderante para o estudo e conhecimento global da história da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra, como mais à frente daremos conta.

⁴ O texto está incompleto, falta a folha 271 e 271v.

⁵ COELHO, 2011: 73.

⁶ Arquivo da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra (F), Correspondência expedida do AUC (SR), liv. 2 (UI), fl. 148v. Cota: IV-2.ºE-10-2-16.

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC

Título formal: Colegiada de São Cristóvão

Datas de produção: 1511-1842

Nível de descrição: Fundo

Dimensão e suporte: 31 u. i. (24 liv., 7 cx. 7 pt.); perg. e papel.

Nome do produtor: Colegiada de São Cristóvão

História administrativa: desconhece-se a data concreta de início da atividade da Colegiada de São Cristóvão, mas deve ter surgido no século XII, de acordo com testemunhos documentais que provam a sua existência, pelo menos desde 1143.

Era uma instituição eclesástica formada por um colégio de clérigos, designados como beneficiados, presididos por um prior, que estava sujeito à autoridade do bispo de Coimbra. Este órgão colegial, ou conjunto de beneficiados e seu prior tomavam todas as suas decisões em cabido.

Entre os beneficiados eram escolhidos os membros que ocupavam outros cargos administrativos, como: o tesoureiro, o apontador do coro, o recebedor das rendas, o cartorário, o escrivão ou o celeireiro.

Em conformidade com as outras colegiadas da cidade de Coimbra, a igreja foi sede de paróquia de São Cristóvão. Dado este facto, o prior registava os batismos, casamentos, óbitos e crismados realizados na igreja, existindo registos da sua atividade desde 1614. A atestar esta informação refira-se o exemplo do livro de batismos de 1745-1789 confirmando que os registos eram feitos por algum membro da Colegiada:

“Dou comissão ao reverendo beneficiado Estevão Luís Vieira da Colegiada de São Christovão desta cidade para numerar e rubricar este livro que há de servir para os assentos dos baptismos da freguesia da mesma colegiada.”⁷

Dentro das suas funções destaca-se, principalmente, o culto divino, devendo registar-se, obrigatoriamente, as ausências de rituais não justifica-

⁷ Arquivo da Universidade de Coimbra – Paróquia da Sé Velha (F), Batismos (SR), 1745-1789 (UI), fl. 1 Cota: III-2.ª D.

das (como doença, serviço da Igreja ou férias) aos rituais. Estas faltas podiam ser penalizadas com pagamento de multas e supressão de direitos.

Os beneficiados celebravam, igualmente, os ofícios pelos mortos, especialmente, por alma dos seus benfeitores ou de quem lhe deixava, em testamento, algum património para com ele se poder fazer o pagamento de missas.

A Colegiada dispunha de um diverso património que devia gerir de forma a manter a sua subsistência. Os seus bens situavam-se, na maioria, na cidade de Coimbra e arredores e compunham-se, no geral, de casas, olivais e vinhas. Contudo também se estendia a lugares que hoje pertencem ao concelho de Condeixa (Sebal e Bruscos), Penela (Rabaçal) ou Mortágua (Santa Cristina).

De forma a acomodar os cereais que recebia por pagamento de foros e rações, a Colegiada tinha um celeiro situado na rua das Fangas, por detrás da igreja e outro celeiro em Rabaçal (c. Penela).

A Colegiada possuiu um cartório, no qual se conservava a documentação produzida, de acordo com os inventários localizados para os anos de 1830 e 1854. Neste cartório não se guardava apenas a documentação, mas também se recolhia o dinheiro da fábrica.

Através das visitas recolhem-se mais alguns dados indisponíveis através da documentação da referida Colegiada. Em 1607, aquando na visita do provisor António Velho, é referida uma confraria que *“já não servia”*.

Refira-se, também, a existência de uma irmandade, através de um requerimento de 19 de julho de 1783, a de São Miguel, que pertenceria à Colegiada, mas que há data do documento já se encontraria extinta.

A igreja deixou de ser sede de paróquia no ano de 1855, já após a extinção da Colegiada, que ocorrera em 1848, em virtude da Lei de 16 de junho, que extinguiu grande parte das colegiadas a nível nacional.

História custodial e arquivística: A Lei de 16 de junho de 1848 ordenou uma redução das colegiadas existentes no país e o respetivo património de cada uma foi entregue aos seminários locais.

Em 20 de maio de 1854 foi feito o inventário do cartório da extinta Colegiada, estando presentes o reverendo doutor Francisco António Rodrigues de Azevedo, representante da Colegiada, e o cônego reitor do Seminário Episcopal, o reverendo José Duarte Coelho do Rego. Nessa altura, o acervo era formado por 32 volumes, 6 maços de processos e 596 pergaminhos, de acordo com o que ficou registado no inventário. Da totalidade dos pergaminhos referidos 58 foram recolhidos por Alexandre Herculano para serem enviados para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

É com o cotejo deste inventário e de outro elaborado em 1830, devido à eleição do novo cartório, que se verificam perdas documentais. Em 1854, vários volumes referentes a foros, rendas, frutos do celeiro, etc, não são mencionados, não se sabendo o que lhes aconteceu depois de 1830. Quanto aos pergaminhos não se pode chegar a uma conclusão tão óbvia, pois no primeiro inventário estão descritos por maço e não se sabe se o número corresponde ao de 1854.

Pelo inventário de 1830 concluímos que os pergaminhos se encontravam organizados por assuntos e maços. Além de que, os dois documentos em pergaminho, revelam uma numeração, no verso, que deve corresponder a um tratamento arquivístico que lhe foi conferido, em data desconhecida.

Alguma documentação avulsa relativa a processos revela o anterior tratamento arquivístico, ao apresentar numeração na documentação, como é descrito no inventário que foi feito no Seminário, em 1854, mas que não se sabe quando foi numerada.

Sabemos, igualmente, por este último inventário que o *“Livro de sentenças”*, já estava em mau estado nessa data, chegando até nós sem a sua encadernação original.

Outro volume, referente a escrituras avulsas, está desmembrado e incompleto, sem índice, que já não chegou até nós e estão omissas as seguintes folhas 1-5, 15, 21, 27, 48-53, 83, 130-131, 219-222, 253-258.

O Decreto de 2 de outubro de 1862 determina que devem ser entregues ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo todos os documentos anteriores a 1600. A incorporação de 2 livros e 33 maços respeitantes ao arquivo da Colegiada de São Cristóvão de Coimbra ocorreu a 15 de setembro de 1863.

A 27 de junho de 1931, o Decreto n.º 19.952 que organizou definitivamente os arquivos distritais do país e incorporou o Arquivo Distrital de Coimbra no Arquivo da Universidade, determinava que nele se recolhessem os cartórios das Sés, colegiadas e Cabidos, entre outros documentos. Contudo, toda a documentação relativa aos cartórios das extintas colegiadas, já se encontrava no Arquivo da Universidade de Coimbra desde 1917.

Em 1932, o diretor do Arquivo, Dr. Ferrand Pimentel de Almeida, dava conta da existência de 19 volumes e 20 maços da Colegiada de São Cristóvão, que fora incorporada juntamente com as restantes extintas colegiadas e com a documentação da Câmara Eclesiástica de Coimbra e do Cabido.

Identificaram-se documentos que pertenciam a outros fundos como o Seminário Episcopal de Coimbra, Câmara Eclesiástica, Cabido e Sé de Coimbra, São Bartolomeu e Colegiada de Santa Justa, que foram restituídos aos respetivos fundos.

Âmbito e conteúdo: inclui volumes e documentação avulsa, em cópias e em originais, sobre a administração de património como emprazamentos e renovação de emprazamentos, escambos, reconhecimento de prazos, obrigação de dívida, etc.

Engloba, também, sentenças e autos diversos que nos dão conta dos conflitos com os rendeiros e foreiros, com outras instituições ou com os próprios beneficiados da Colegiada.

Contém, igualmente, cartas régias e documentos relativos aos privilégios da igreja, bem como documentação sobre o cumprimento de instituições pias.

Inclui diversos documentos de decisões tomadas em cabido, costumes da igreja, petições para justificar faltas ocorridas ou noutros casos para aplicar sanções por diversas faltas dos beneficiados ao exercício do coro.

É possível conhecer as propriedades da Colegiada através de diversos tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos. Os bens da instituição localizavam-se, na sua maioria, na cidade de Coimbra, suas freguesias e arredores e noutros concelhos: Mortágua (no lugar de Santa Cristina), em Penela (no lugar do Rabaçal) e em Condeixa (nos lugares de Bruscos e Sebal).

Contempla as despesas gerais da Colegiada e inclui livros e documentação avulsa com o registo de censos, foros, rendas, nomes dos foreiros e rendeiros, quantitativos de foros (dízimos, laudémios, rações) pagos, seja em géneros, seja em dinheiro.

Reúne, ainda, três inventários através dos quais podemos conhecer as alfaia litúrgicas que a igreja detinha e o conteúdo do seu cartório.

Sistema de organização: foram identificadas e ordenadas cronologicamente as seguintes séries documentais: *Escrituras diversas e procurações* (1511-1839), *Autos e sentenças* (1565-1842), *Cartas régias e privilégios* (1601-1842), *Receitas e despesas* (1639-1839), *Róis de foros e foreiros* (1656-1819), *Decisões capitulares e costumes da Colegiada* (1698-1815), *Inventários* (1723-1830), *Tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos* (1724-1820) e *Instituições Pias* (1730-1817).

Com a identificação das séries procedeu-se à atualização das cotas seguindo no fim da descrição das séries uma tabela com a equivalência das cotas antigas para as cotas atuais.

No final foi colocado uma pasta com uma coleção de documentos diversos (1727-[séc. 18--]) que não foi possível inserir nas séries existentes, constituída por fragmentos de documentos, cartas e uma petição.

A documentação avulsa estava dividida em oito caixas, nestas incluíam-se dois volumes que foram identificados, através dos inventários, um como sendo o "*Livro das escripturas que andavam avulsas no cartório desta igreja de S. Christovão*" e outro como o "*Livro de sentenças*".

Na caixa n.º 8 existiam 4 maços individualizados contendo documentos diversos que foram identificados com sumários e inseridos nas respetivas séries documentais. O mesmo tratamento individualizado foi feito com a restante documentação, fosse avulsa ou em livro e dentro de cada série foram organizados cronologicamente.

Idiomas: português, latim.

Características físicas: Documentação com manchas de humidade, acidez e manuseamento. Repasses de tinta, folhas rasgadas ou com rasgões e com picos de traça e galerias.

Dois exemplares estão sem encadernação original, em parte desmembrados e faltando-lhes folhas.

O primeiro volume da série *Autos e sentenças*, apesar de ter uma numeração de fólio, conclui-se que já esteve desmembrado, por ter outras numerações que estão riscadas.

Instrumentos de descrição: Inventário e descrição arquivística das séries.

Unidades de descrição relacionadas: Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Seminário Episcopal de Coimbra (F). Abrange documentos relativos à administração de propriedades que pertenceram à Colegiada de São Cristóvão e um livro intitulado *Extracto dos pergaminhos separados por Alexandre Herculano nas Igrejas Colegiadas da cidade de Coimbra*, onde se pode colher informação sobre os pergaminhos levados para Lisboa.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Paróquia da Sé Velha (F). Contém os registos de batismo, casamentos, óbitos da paróquia de São Cristóvão.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Cúria Diocesana de Coimbra (F), Devassas (SR). Contém os livros de visitas às igrejas da cidade.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Colégio de São Paulo de Coimbra (F).

Portugal, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) – Colegiada de São Cristóvão de Coimbra (F). Guarda documentação da referida Colegiada de datas anteriores (1143-1599). A descrição pode ser vista no seguinte link: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1379518>.

Notas de publicação: MATOS, João da Cunha (1998) – *A Colegiada de S. Cristóvão de Coimbra, séculos XII e XIII*. Tomar: [s. n.] ⁸

Notas: Título formal

Nota do arquivista: Descrição elaborada por Anita Pereira Tavares e Carlos Morais.

Nota ao elemento de informação *História administrativa*: A localização do celeiro encontra-se no *Tombo I cidade e seu aros*, fl. 37.

Foram consultadas as seguintes obras:

RAMOS, António de Jesus (2002) – Coimbra (diocese). In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, p. 387-399.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2002) – Colegiadas. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, p. 399-403.

Notas ao elemento de informação *História custodial e arquivística*:

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra (F), Correspondência expedida do AUC (SR), liv. 2, fl. 143v.-152v. Contém relatório do então director do Arquivo da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Ferrand Pimentel de Almeida, de 17 de fevereiro de 1936, enviado ao Reitor da Universidade de Coimbra.

Portugal, Arquivo da Universidade de Coimbra – Seminário Episcopal de Coimbra (F). Contém o inventário elaborado em 1854.

Regras ou convenções: Conselho Internacional de Arquivos. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*, adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999. Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.^a ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

Direção Geral de Arquivos. Grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo. *Orientações para a descrição arquivística*. 2.^a v. Lisboa: DGARQ, 2007.

⁸ Esta obra não se encontra nas bibliotecas de Coimbra e foi impossível consultá-la, porém sabendo da existência da mesma, era necessário citá-la.

Data da descrição: 2016-09 a 2017-02

Inventário das séries

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/01

Título: Escrituras diversas e procurações

Datas de produção: 1511-1839

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 9 liv., 1 cx., 2 perg.; perg. e papel.

Âmbito e conteúdo: engloba escrituras notariais (originais e traslados) tais como: escrituras de aforamento, de escambo, de renovação de emprazamento, de reconhecimento de prazos, de obrigação de dívida, etc. Inclui, igualmente, procurações simples para realização de escrituras.

Contém os únicos dois pergaminhos deste fundo, o primeiro de 23 de maio de 1527, consiste no emprazamento, em três vidas, de umas casas de sobrado com seu quintal, na freguesia de São Cristóvão, a Francisco Perestrelo, cavaleiro da Ordem de Cristo e alcaide-mor da vila de Avô, pela renda anual de cento e sessenta reis e três capões pagos no dia de São Miguel de setembro.

Imagem n.º 4 – Sinal do tabelião João Toscano, no pergaminho de 1527.

Cota: Colegiada de São Cristóvão, Perg. 1, V-3.ª-10, gav. 1.

O segundo, de 25 novembro de 1533, é uma renúncia e emprazamento, em três vidas, de três pedaços de olival em Vila Franca que a Colegiada de São Cristóvão faz a Jorge Pires, sapateiro, morador em Castelo Viegas, em virtude da renúncia que fez seu pai, João Afonso, lavrador e morador em Vila Franca, pelo foro de oito alqueires de azeite de dois em dois anos

à cafra, medidos no lagar com suas verteduras e uma galinha em cada ano por dia de São Miguel de setembro.

Imagem n.º 5 – Sinal do tabelião António Fernandes, no pergaminho de 1533.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Perg. 2, V-3.^a-10, gav. 1.

Engloba um livro desmembrado de escrituras avulsas que contém um contrato de obrigação de missas, de 3 de julho de 1543, em pergaminho que se manteve na ordem sequencial, deste volume, por ter número de fólio (198-202).

Reúne, igualmente, sete volumes de prazos da Colegiada (1515 a 1793) que se reportam, na sua generalidade, a escrituras de emprazamento, renovação e escambos, apesar de se encontrar, pontualmente, uma instituição de capela ou um contrato de obrigação de missas.

Os prazos da Colegiada situavam-se na cidade e seus arredores: na rua das Solas, rua das Fangas, rua de São Cristóvão, paço do Conde, quinta da Alegria, Machada, Cioga, Marrocos, Pedreira, Banhos Secos, Cruz dos Morouços, Alpenduradas, Arregaça, Eiras, Santa Clara, Vale Gemil, São Martinho, Vila Franca, Portela, Vila Mendiga, Fonte da Talha, Cidral, Vale Cabreira, Celas, Coselhas, Mainça, várzea de Santa Clara, Lapa dos Esteiros, Vale de Rosal, Bordalo, Almalaguês, Souselas, Casal Comba, Quimbres, etc. Assim como em outros concelhos: Santa Cristina (concelho de Mortágua), Rabaçal (concelho de Penela), Bruscos e Sebal (concelho de Condeixa).

Engloba também um livro, de 1815, com diversos traslados, transcritos por Manuel Pinto de Mira, oficial da secretaria da Universidade e “*pessoa inteligente de letra antiga*”, auxiliado pelo Professor de Língua Latina, Félix António de la Espada e Amorim, quando os documentos eram escritos em latim, e certificados pelo tabelião Manuel Moreira Dias. O livro apresenta também algumas certidões de sentenças.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas	Cota atual
1511-1839	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 1, III-1. ^a D-8-2-67
1512-1738	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 1, III-1. ^a D-8-2-43
1515-1569	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 2, III-1. ^a D-8-2-44
23 maio 1527	Colegiada de São Cristóvão, Perg. 1, V-3. ^a -10, gav. 1
25 novembro 1533	Colegiada de São Cristóvão, Perg. 2, V-3. ^a -10, gav. 1
1539-1564	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 3, III-1. ^a D-8-2-45
1548-1559	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 4, III-1. ^a D-8-2-46
1561-1610	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 5, III-1. ^a D-8-2-47
1610-1650	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 6, III-1. ^a D-8-2-48
1650-1723	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 7, III-1. ^a D-8-2-49
1725-1793	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 8, III-1. ^a D-8-2-50
1815	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 9, III-1. ^a D-8-2-51

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/02

Título: Autos e sentenças

Datas de produção: 1565-1842

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 4 liv., 5 cx.; papel.

Âmbito e conteúdo: inclui autos de natureza diversa, como: libelo cível, embargo, força nova, execução, etc, bem como sentenças e seus traslados. Na sua generalidade, estes autos e sentenças relacionam-se com questões dirimidas entre a Colegiada e os seus foreiros e rendeiros sobre dívida de foros e rações ou posse e domínio das propriedades.

Engloba quatro livros, o mais antigo (1541?-1723), que além das sentenças contém por exemplo, medições de propriedades no Sebal, em 1682 ou o título do casal de Quimbres, em 1635.

Dois outros livros são relativos ao lugar de Bruscos (c. Condeixa), um por causa da repartição do foro de 250 alqueires (metade trigo, metade cevada) e 25 capões pelos diversos foreiros (1751) e outro com 13 sentenças de encabeçamento e repartição de foro (1755). Bruscos é a localidade

que mais surge na documentação avulsa, são inúmeras as sentenças relativas aos foreiros da Colegiada nessa localidade, essencialmente por dívida de foro.

O último livro reporta-se a uma sentença cível no casal das Coalhadas (c. Coimbra), em 1805, sobre a eleição do cabeça de casal Joaquim Mano das Casas Novas do Campo do segundo terço do casal das Coalhadas.

Entre os litigantes com a Colegiada de São Cristóvão encontra-se o Cabido da Sé de Coimbra, existindo autos sobre diversos assuntos como o direito de encomendação da alma dos defuntos falecidos na freguesia de São Cristóvão (1681), o pagamento dos dízimos e do azeite ao Cabido (1731-1732) e sobre a demarcação dos casais em Bruscos (1740).

Refira-se também documentos relacionados com uns processos de excomunhão, no ano de 1732, em Mortágua, que incluem as cartas de excomunhão, publicadas nas igrejas de Pala e Espinho.

Imagem n.º 6 – Carta de excomunhão publicada na igreja de Pala, termo de Espinho a 28 de junho de 1732.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 4, III-1.ºD-8-2-70.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas e locais	Cota atual
1565-1725	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 2, III-1. ^a D-8-2-68
1726-1731	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 3, III-1. ^a D-8-2-69
1732-1742	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 4, III-1. ^a D-8-2-70
1743-1804	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 5, III-1. ^a D-8-3-1
1805-1842	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 6, III-1. ^a D-8-3-2
1541?-1723	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 10, III-1. ^a D-8-2-52
1751 – Bruscos	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 11, III-1. ^a D-8-2-53
1755 – Bruscos	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 12, III-1. ^a D-8-2-54
1805 – Casal das Coalhadas	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 13 III-1. ^a D-8-2-55

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/03

Título: Cartas régias e privilégios

Datas de produção: 1601-1842

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: inclui alguns documentos relativos a privilégios e benefícios concedidos à igreja de São Cristóvão. Refira-se a certidão autêntica pedida em 3 de março de 1601 dos privilégios de segurança dados por D. Dinis, em 1311, e D. Afonso IV, em 1326.

De igual importância é o edital de publicação (28 setembro 1787) de um breve de Pio IV de 14 de agosto de 1787, pelo qual se concedeu à igreja altar privilegiado do Santíssimo Sacramento.

Imagem n.º 7 – Tradução do Breve Pio IV de 14 de agosto de 1787.

Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas **Cota atual**

1601-1842 Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/04

Título: Receitas e despesas

Datas de produção: 1639-1839

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: inclui documentação avulsa que retrata as despesas e receitas gerais da Colegiada. Ilustra, como receitas, os géneros e dinheiro recebido de foros, bem como os nomes de quem os pagava e locais onde se situavam os bens. Como despesas, ficaram registados os pagamentos relativos à elaboração de tombos e outros pagamentos como azeite para luminárias, encadernação de livros ou aluguer de bestas.

Engloba um fragmento, do que se supõe ter sido um livro, com termo de abertura “*Livro de contas da recebedoria desta igreja de S. Xpovão*”

incluindo receitas e despesas de 1639 a 1649 e pensões de foro de 1728. Não se encontram referências a este volume no inventário do cartório elaborado em 1831. As despesas mais elencadas são as folhas de aniversários, a cera e "cousas tocantes e necessarias para o serviso da igreja" (não especificando).

Contém o contrato da obra de construção do pavimento da igreja e da torre dos sinos feita com o mestre pedreiro Manuel Afonso, seguindo-se diversos registos de pagamentos que lhe foram feitos de 6 de setembro de 1728 a 30 de janeiro de 1729.

Item	Valor (Réis)
Esta lançada Despesa de acordo com os Récordos em Choro de	304000
Natal de anno de 1827 até ao dia de São João de 1828	84480
Mais com 8 Semanas de Missas	38840
Mais com 8 Semanas de Missas	168800
Mais com 8 Semanas de Missas	4720
Mais com 8 Semanas de Missas	4480
Mais com 8 Semanas de Missas	4340
Mais com 8 Semanas de Missas	4960
Mais com 8 Semanas de Missas	3420
Mais com 8 Semanas de Missas	34120
Mais com 8 Semanas de Missas	18440

Imagem n.º 8 – Algumas despesas da Colegiada desde o Natal de 1827 até o dia de São João de 1828.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas **Cota atual**
1639-1839 Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/05

Título: Róis de foros e foreiros

Datas de produção: 1656-1819

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 3 liv., 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: Inclui livros e documentação avulsa com o registo de censos, foros, rendas, nomes dos foreiros e rendeiros, quantitativos de foros (dízimos, laudémios, rações) pagos, seja em géneros – capões, azeite, cereais – seja em dinheiro, das propriedades da Colegiada que se situavam em diversos locais como na cidade de Coimbra e seus arredores: Alpenduradas, Arregaça, Eiras, Santa Clara, Vale Gemil, São Martinho, Vila Franca, Portela, Vila Mendiga, Fonte da Talha, Cidral, Vale Cabreira, Celas, Coselhas, Mainça, várzea de Santa Clara, Lapa dos Esteiros, Vale de Rosal, Bordalo, Almalaguês, Souselas, Casal Comba, Cioga, Quimbres, etc. Assim como em outros concelhos: Santa Cristina de Mortágua, Rabaçal de Penela e Bruscos e Sebal de Condeixa.

Imagem n.º 9 – Rol do azeite das pensões da igreja de São Cristóvão, séc. XVII.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas e locais

1656-1819

1691-1778

1707-1726 – Bruscos

1727-1757

Cota atual

Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3

Colegiada de São Cristóvão, Liv. 14, III-1.ºD-8-2-56

Colegiada de São Cristóvão, Liv. 15, III-1.ºD-8-2-57

Colegiada de São Cristóvão, Liv. 16, III-1.ºD-8-2-58

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/06

Título: Decisões capitulares e costumes da Colegiada

Datas de produção: 1698-1815

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: inclui diversos documentos que revelam as decisões tomadas, em cabido, pela Colegiada, relativamente aos seus próprios beneficiados, tais como pedidos de licença para se ausentarem, por motivo de doença ou justificações de faltas ao coro e às missas. As ausências não justificadas por motivos válidos podiam ser penalizadas com pagamento de multas e supressão de direitos.

Cite-se, a título de exemplo, várias petições do beneficiado Miguel Francisco da Costa (19 de junho de 1729, 20 de março 1732 e 30 de junho de 1732) para que o apontador do coro passe certidão sobre as faltas do coro.

Outro documento em que está patente esta situação é a petição, em 1730, do mesmo beneficiado, escrivão e cartorário da Colegiada, para que não seja permitido aos beneficiados e prior tirarem qualquer documento do coro, sob pena de excomunhão. Inclui também certidão dos estatutos da Colegiada e certidões diversas de decisões sobre as obrigações do tesoureiro, a obrigação de procissões e condenações sobre as faltas às obrigações, etc.

Uma outra situação vem exemplificada no documento de 22 de junho de 1796, com as decisões tomadas pelos beneficiados, em cabido, sobre as faltas ao coro e à missa e multas que devem ser aplicadas. Ficou acordado que as multas podiam variar entre os 20, 80 e 100 réis ou serem descontados nas pensões.

Imagem n.º 10 – Documento de 22 de junho de 1796 das decisões tomadas em cabido sobre as faltas no coro e à missa.

Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Apesar do ensino estar associada às funções das colegiadas, o único registo claro sobre essa ocupação é o documento de 14 de fevereiro de 1794, em que o beneficiado, Joaquim António de Lora, pede dispensa do exercício de coro por ser incompatível com as horas das aulas.

Refiram-se, igualmente, as petições dirigidas ao provisor do bispado ou ao bispo de Coimbra, em diversas situações, como por exemplo, para se benzerem os sinos novos (14 novembro 1728) e as imagens de Nossa Senhora da Encarnação, de Santa Ana, de São Benedito, de São Amaro, de São Joaquim e de São Cristóvão, recentemente restauradas (20 janeiro 1732).

Do séc. XVIII ficou um registo de orações e salmos para serem cantados diante do altar-mor.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas **Cota atual**

1698-1815 Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/07

Título: Inventários

Datas de produção: 1723-1830

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: Constituída por três documentos é possível saber através de um inventário feito em 1723, completado até 1733, *“que se fez na Igreja de Sam Christovam desta cidade por causa de nella não haver”* todas as alfaias de culto que detinha a igreja: peças de pratas, patenas, lampadários, caixas de hóstias, paramentos litúrgicos, dalmáticas, manípulos, véus de ombros, capas de asperges, alvas, cera, etc.

Através de outro inventário, sem data, mas que se identificou como sendo do século XVIII, além de referir alfaias de culto, como as peças de prata, ornamentos, véus, alvas e missais, são descritos os frontais de altar que estavam no interior da igreja: altar-mor, altar da Piedade, altar da Senhora da Encarnação, altar da Senhora da Apresentação e altar de Santo António.

O último documento de 21 de agosto de 1830 reporta-se ao cartório desta igreja elaborado devido à eleição do novo cartorário. Enumera todos os volumes dando a conhecer o tipo de encadernação, o título e o número de páginas.

Imagem n.º 11 – Início do inventário do cartório elaborado em 1830.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas	Cota atual
1723-1830	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/08

Título: Tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos

Datas de produção: 1724-1820

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 8 liv., 1 pt.; papel

Âmbito e conteúdo: inclui tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos de propriedades da Colegiada, os quais incluem autos de demarcação, medição e reconhecimento das mesmas propriedades, conten-

do, também, em alguns casos, autos de sentença e de destrição de foros e casais.

Todos os volumes apresentam as provisões régias que ordenam a elaboração dos tombos, a qual era feita, geralmente, a pedido do prior e beneficiados da Colegiada. Refira-se, por exemplo, o “Tombo da cidade e seus aros” (vol. 1) que contém a provisão original de D. João V, datada de 14 de fevereiro de 1724.

Imagem n.º 12 – Provisão de D. João V, de 14 de fevereiro de 1724, dando autorização a elaboração dos tombos.

Cota: Colegiada de São Cristóvão, Liv. 18, III-1.ºD-8-2-60, fl. 2

Todos os volumes foram elaborados no início do século XVIII e tiveram como juiz do tombo, o doutor António Marinho Fiúza, juiz de fora de Coimbra. Apenas o tombo de Casal Comba e Souselas, é mais antigo, tendo sido feito no final do século XVII, sendo juiz do tombo, o doutor Francisco de Figueiredo Pereira, juiz da Mitra Episcopal de Coimbra.

Permitem conhecer as localidades onde a instituição possuía bens, sendo de maior relevância os dois tombos da cidade de Coimbra, através dos quais é revelada a toponímia da cidade, com indicação das suas ruas, largos, becos como são os seguintes casos: rua das Fangas, rua de São Cristóvão, rua das Ilha, Beco dos Gatos, rua dos Estudos, rua de Coruche e rua dos Sapateiros.

Além dos dois tombos da cidade de Coimbra e dos seus aros, refiram-se os volumes para os lugares de Casal Comba, Souselas, Ançã, Cioga, Quimbres, Ameal, Besteiros, Coalhadas, Poço?, Bruscos e Sebal (c. Condeixa) e Santa Cristina (c. Mortágua).

A elaboração de tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos de propriedade era muitas vezes motivo de conflitos entre proprietários de bens confinantes, por causa da demarcação dos prazos.

Exemplo disso é um documento de 7 de dezembro de 1724 sobre a elaboração do tombo de outra instituição, o Mosteiro de Santa Clara. O beneficiado Miguel Francisco da Costa pede ao juiz do tombo de Santa Clara, doutor Manuel Rodrigues de Figueiredo, que passe certidão do protesto que fez perante o escrivão do tombo, pois não estava de acordo com a demarcação no sítio da Copeira de um prazo do mosteiro de Santa Clara que confinava com bens da igreja de São Cristóvão.

Refira-se igualmente, um mandado do séc. XVIII para citar o reitor e religiosos do Colégio de São João Evangelista devido a um libelo entreposto pela Colegiada de São Cristóvão em virtude do referido Colégio, ao elaborar o seu tombo de bens, não notificar a Colegiada que também possuía bens no limite de Sebal Pequeno e Sebal Grande (c. Condeixa).

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas e locais

1688-1689 – Casal Comba e Souselas

1724 – Coimbra e arredores

1724-1730 – Coimbra e arredores

1724-1732 – Sousela, Ançã e Cioga

1724-1725 – Sebal e Coalhadas

1724-1735 – Sebal e Coalhadas

1724-1726 – Bruscos e Poço

1724-1820

1732 – Souselas, Ançã e Cioga

Cota atual

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 17, III-1.ªD-8-2-59

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 18, III-1.ªD-8-2-60

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 19, III-1.ªD-8-2-61

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 20, III-1.ªD-8-2-62

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 21, III-1.ªD-8-2-63

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 22, III-1.ªD-8-2-64

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 23, III-1.ªD-8-2-65

Colegiada de São Cristóvão,
Cx. 7, III-1.ªD-8-3-3

Colegiada de São Cristóvão,
Liv. 24, III-1.ªD-8-2-66

Código de Referência: PT/AUC/DIO/CSC/09

Título: Instituições pias

Datas de produção: 1730-1817

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte: 1 pt.; papel.

Âmbito e conteúdo: inclui diversos registos, em documentos avulsos, do cumprimento de instituições pias, nomeadamente as certidões de missas que foram celebradas na igreja Colegiada, com menção dos instituidores e, por vezes, dos bens que estavam vinculados para pagamento de missas.

Engloba também alguns registos dos nomes dos beneficiados da Colegiada, a quem foram confiados os ofícios e missas, podendo citar-se ainda a cópia de uma escritura de obrigação (29 de agosto de 1812), pela qual Catarina Cerveira deixara um casal, no Rabaçal (c. Penela), para com seus foros e rendas se satisfazerem as despesas de celebração de missas de aniversários, por falecimento de seus pais, a serem celebradas pelo prior e beneficiados da Colegiada.

Refira-se, o requerimento de 19 de julho de 1783 que comprova a existência da irmandade de São Miguel, para que seja aplicada a uma obra pia da Colegiada o dinheiro mencionado numa escritura de juros feita pela extinta irmandade.

Imagem n.º 13 – Documento de 19 de julho de 1783 onde se refere a extinta irmandade de São Miguel que pertencia à Colegiada de São Cristóvão.
Cota: Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.ºD-8-3-3.

Sistema de organização: Ordenação cronológica

Datas Cota atual

1730-1817 Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7, III-1.^aD-8-3-3

Tabela de equivalência de cotas

Datas e locais	Cota antiga	Cota atual
SR: Escrituras diversas e procurações		
1511-1839	III-1. ^a D-8-2-67	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 1 III-1. ^a D-8-2-67
1512-1738	III-1. ^a D-8-2-67	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 1 III-1. ^a D-8-2-43
1515-1569	III-1. ^a D-8-2-49	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 2 III-1. ^a D-8-2-44
23 maio 1527	V-3. ^a -10, gav. 1	Colegiada de São Cristóvão, Perg. 1, V-3. ^a -10, gav. 1
25 novembro 1533	---	Colegiada de São Cristóvão, Perg. 2, V-3. ^a -10, gav. 1
1539-1564	III-1. ^a D-8-2-50	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 3 III-1. ^a D-8-2-45
1548-1559	III-1. ^a D-8-2-51	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 4 III-1. ^a D-8-2-46
1561-1610	III-1. ^a D-8-2-52	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 5 III-1. ^a D-8-2-47
1610-1650	III-1. ^a D-8-2-53	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 6 III-1. ^a D-8-2-48
1650-1723	III-1. ^a D-8-2-54	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 7 III-1. ^a D-8-2-49
1725-1793	III-1. ^a D-8-2-55	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 8 III-1. ^a D-8-2-50
1815	III-1. ^a D-8-2-43	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 9 III-1. ^a D-8-2-51
SR: Autos e sentenças		
1565-1725	III-1. ^a D-8-2-68	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 2 III-1. ^a D-8-2-68
1726-1731	III-1. ^a D-8-2-69	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 3 III-1. ^a D-8-2-69
1732-1742	III-1. ^a D-8-2-70	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 4 III-1. ^a D-8-2-70
1743-1804	III-1. ^a D-8-2-71	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 5 III-1. ^a D-8-3-1

1805-1842	III-1. ^a D-8-3-1	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 6 III-1. ^a D-8-3-2
1541? - 1723	III-1. ^a D-8-2-67	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 10 III-1. ^a D-8-2-52
1751 - Bruscós	III-1. ^a D-8-2-64	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 11 III-1. ^a D-8-2-53
1755 - Bruscós	III-1. ^a D-8-2-65	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 12 III-1. ^a D-8-2-54
1805 – Casal das Coalhadas	III-1. ^a D-8-2-66	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 13 III-1. ^a D-8-2-55

SR: Cartas régias e privilégios

1601-1842	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
-----------	-----------------------------	--

SR: Receitas e despesas

1639-1839	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
-----------	-----------------------------	--

SR: Róis de foros e foreiros

1656-1819	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
1691-1778	III-1. ^a D-8-2-44	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 14 III-1. ^a D-8-2-56
1707-1726 – Bruscós	III-1. ^a D-8-2-48	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 15 III-1. ^a D-8-2-57
1727 – 1757	III-1. ^a D-8-2-45	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 16 III-1. ^a D-8-2-58

SR: Decisões capitulares e costumes

1698-1815	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
-----------	-----------------------------	--

SR: Inventários

1723-1830	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
-----------	-----------------------------	--

SR: Tombos de demarcação, medição e reconhecimento de prazos

1688-1689 – Casal Comba e Souselas	III-1. ^a D-8-2-58	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 17 III-1. ^a D-8-2-59
1724 – Coimbra e arredores	III-1. ^a D-8-2-56	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 18 III-1. ^a D-8-2-60
1724-1730 – Coimbra e arredores	III-1. ^a D-8-2-57	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 19 III-1. ^a D-8-2-61

1724-1732 – Sousela, Ançã e Cioga	III-1. ^a D-8-2-59	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 20 III-1. ^a D-8-2-62
1724-1725 – Sebal e Coalhadas	III-1. ^a D-8-2-61	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 21 III-1. ^a D-8-2-61
1724-1735 – Sebal e Coalhadas	III-1. ^a D-8-2-62	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 22 III-1. ^a D-8-2-65
1724-1726 – Bruscos e Poço	III-1. ^a D-8-2-63	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 23 III-1. ^a D-8-2-62
1724-1820	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
1732 – Souselas, Ançã e Cioga	III-1. ^a D-8-2-60	Colegiada de São Cristóvão, Liv. 24 III-1. ^a D-8-2-66

SR: Instituições pias

1730-1817	III-1. ^a D-8-3-2	Colegiada de São Cristóvão, Cx. 7 III-1. ^a D-8-3-3
-----------	-----------------------------	--

Bibliografia⁹

ALMEIDA, Fortunato de (1970) – *História da Igreja em Portugal*. Livraria Civilização Editora: Lisboa; Porto.

CARNEIRO, Bernardino Joaquim da Silva – *Elementos de Direito Eclesiástico Português e seu respectivo processo*. Rev. e corrig. José Pereira de Paiva Pita. 4.^a ed. Coimbra: (Imprensa da Universidade), 1888.

FERREIRA, Lúcia Rodrigues (2014) – *Instituto de Coimbra: o percurso de uma academia*. Coimbra: [s.n.].

FERREIRA, Rui Filipe Alves (2011) – *Sousa Bastos: recuperação e reconversão do antigo teatro*. Coimbra: [s.n.] (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra).

MEIRELES, António da Cunha Vieira de (1872) – *Bibliographia: Reliquias da Architectura Romano-Byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra - com quatro estampas por Augusto Filipe Simões. O Instituto: jornal scientifico e litterario*. Vol. XV, p. 23-24.

SANTOS, Maria José Azevedo (1994) – *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nac. de Investigação Científica e Tecnológica.

SIMÕES, Augusto Filipe (1870) – *Reliquias da architectura romano-byzantionia em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*. Lisboa: Typ. Portuguesa.

Recursos eletrónicos

MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO – *Igreja de São Cristóvão* [em linha]. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro, 2017. [Consult. 26 de abril de 2017] Disponível em WWW: <http://www.museummachadocastro.pt/pt-PT/minisitios/ContentDetail.aspx?id=556>.

⁹ Outra bibliografia está incluída na descrição arquivística do fundo, no campo notas do arquivista.